

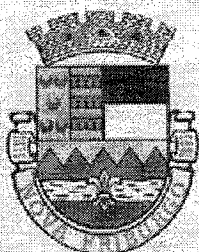
Câmara Municipal de Nova Friburgo

Estado do Rio de Janeiro

Cópias:

- 1 - Norma Legal de Diárias**
- 2 - Ato de Fixação de Subsídios**
- 3 - Lei de Revisão Geral Anual**

(Anexo I, Itens 20, 21 e 22 da Deliberação TCE nº 277/17)



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Nova Friburgo

PUBLICAÇÃO
JORNAL *A VOZ DA SERRA*
DIA: *07* / *06* / *2016*
EDIÇÃO Nº *9.062*

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 2.206

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO decreta e eu promulgo a seguinte Resolução Legislativa:

Dispõe sobre viagem a serviço e concessão de diária a servidor da Câmara Municipal de Nova Friburgo e dá outras providências.

Art. 1º O servidor da Câmara Municipal de Nova Friburgo que se deslocar de sua sede, eventualmente e por motivo de serviço, participação em cursos ou eventos de capacitação profissional, para dentro ou fora do Estado do Rio de Janeiro, faz jus à percepção de diária de viagem para fazer face às despesas com alimentação e estadia.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, sede é o Município de Nova Friburgo.

Art. 2º A concessão de diária fica condicionada à existência de cota orçamentária e financeira disponíveis para essa finalidade.

Parágrafo único. A diária a que se refere o artigo 1º possui natureza indenizatória, não incidindo desconto a título de contribuição previdenciária e de imposto sobre a renda, tampouco gerando direito à incorporação.

Art. 3º Os valores das diárias de viagem são os constantes na Tabela do Anexo I desta Resolução.

Art. 4º São competentes para autorizar a concessão de diária e o uso do meio de transporte a ser utilizado na viagem o Presidente da Câmara ou o Secretário Geral.

Parágrafo único. A solicitação deverá ser feita por meio de utilização do formulário, conforme Anexo II desta Resolução.

Art. 5º O solicitante terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do término da viagem, para realizar a juntada de documentos necessários à comprovação da mesma.

Parágrafo único. Após a análise dos documentos apresentados e verificada a percepção de diárias indevidas, o solicitante será comunicado para dar início ao processo de devolução do valor pago indevidamente.

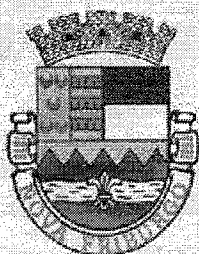
Art. 6º Ao servidor que dispuser de alimentação ou de pousada oficial gratuita, será devida a parcela correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral.

Art. 7º A diária não será devida:

I – no período de trânsito, ao servidor que, por motivo de remoção ou transferência, tiver que mudar de sede;

II – quando o deslocamento do servidor durar menos de 6 (seis) horas;

III – quando o deslocamento se der para localidades onde o servidor seja domiciliado, salvo nos casos previstos no art. 1º desta norma;



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Nova Friburgo

IV – quando o beneficiário, recebendo antecipadamente as diárias, não se deslocar conforme o solicitado em requerimento, hipótese em que os valores serão devolvidos aos cofres do Município, estomando-se a despesa realizada para fins orçamentários; e

V – o deslocamento do Município não for devidamente autorizado pelo Secretário Geral ou o Presidente da Câmara.

Art. 8º A indenização da diária de alimentação e pousada será apurada conforme as situações a seguir elencadas:

I – nos deslocamentos a municípios cuja distância até a sede da Câmara Municipal de Nova Friburgo seja inferior a 100 (cem) Km e o tempo de afastamento não seja superior a 8 (oito) horas, excluído o traslado residência-trabalho-residência, o servidor fará jus à diária de alimentação; e

II – nos deslocamentos a municípios cuja distância seja igual ou superior a 100 (cem) Km desta Casa Legislativa, será autorizado o pernoite e pago o valor de diária integral (alimentação e pousada).

Art. 9º As diárias, até o limite de 10 (dez), serão pagas antecipadamente, desde que requeridas em tempo hábil para liberação orçamentária.

§ 1º Quando a viagem ultrapassar esse limite, as diárias excedentes serão autorizadas mediante justificativa fundamentada, caso em que serão pagas parceladamente.

§ 2º As viagens que ocorrerem aos sábados, domingos ou feriados, deverão ser expressamente justificadas e passivas de ser ou não autorizadas.

DO TRASLADO

Art. 10. Sem prejuízo do disposto no art. 9, serão concedidas cotas de traslado aos servidores quando em viagem intermunicipal ou interestadual a serviço ou participação em cursos ou eventos de capacitação profissional.

Parágrafo único. Sempre que possível e a distância permitir, será dada preferência ao transporte por veículo próprio da Câmara Municipal de Nova Friburgo.

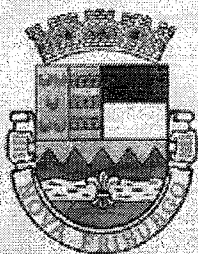
Art. 11. A Câmara Municipal deverá, quando da aquisição de passagens aéreas ou terrestres, sempre verificar o menor preço para o horário ou dia do evento, mediante abertura de processo de cotação de preço, fazendo juntada de 3 (três) orçamentos devidamente preenchidos.

Art. 12. Poderão ser celebrados contratos para a prestação de serviços de agenciamento de viagens.

§ 1º O contrato contemplará, em conjunto ou separadamente:

I – hospedagem, incluindo alimentação; e

II – aquisição de passagens, com ou sem traslado.



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Nova Friburgo

§ 2º A contratação do estabelecimento agenciador obedecerá a legislação sobre licitações da Administração Pública.

§ 3º O órgão ou entidade fará opção pela solução mais econômica e viável, seja o pagamento da diária, seja a utilização de contrato com agenciador, limitados os gastos com alimentação e pousada, em qualquer caso, aos valores previstos no Anexo I desta Lei.

§ 4º Não será permitido o reembolso de despesas extras com bebidas alcoólicas, telefonemas particulares e outras equivalentes.

Art. 13. É vedado o pagamento de diária cumulativamente com outra retribuição de caráter indenizatório de despesas com alimentação e pousada.

Art. 14. Deverá ser disponibilizado no site oficial da Câmara Municipal de Nova Friburgo relatório contendo a planilha de viagem a qual contenha as seguintes informações:

I – o servidor ou Vereador que viajou;

II – finalidade;

III – destino;

IV – período; e

V – tipo e valor da diária concedida de forma unitária, sem acúmulo, demonstrando o valor total ao final.

Parágrafo único. Fica estabelecido que as informações constantes no caput deste artigo serão disponibilizadas no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas da realização de qualquer diária.

Art. 15. Esta Resolução Legislativa entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Resolução Legislativa nº 2.100/14 e outras normas que a contrariarem.

Nova Friburgo, 25 de maio de 2016.


VEREADOR MARCIO JOSÉ DA SILVA DAMAZIO
PRESIDENTE

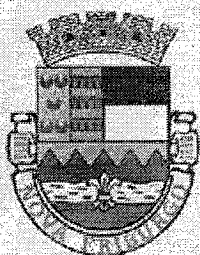
_____, Vereador Marcelo Verly de Lemos – 1º Vice-Presidente

_____, Vereadora Vanderléia Pereira Lima – 2ª Vice-Presidente

_____, Vereador Christiano Pereira Huguenin – 1º Secretário

_____, Vereador Eder Carpi dos Santos – 2º Secretário

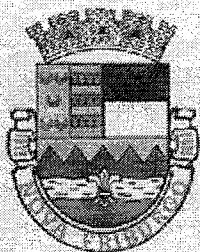
AUTORIA: VEREADOR MESA DIRETORA – P. 1404/16



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Nova Friburgo

ANEXO I

SERVIDORES:	VALOR:			VALOR:		
	Intermunicipal		Total	Interestadual		Total
	Alimentação	Pousada		Alimentação	Pousada	
COMISSIONADOS:						
Procurador, Secretário Geral; Secretário de Expediente e Secretário de Controle Interno.	R\$ 100,00	R\$ 250,00	R\$ 350,00	R\$ 120,00	R\$ 280,00	R\$ 400,00
VEREADORES	R\$ 100,00	R\$ 250,00	R\$ 350,00	R\$ 120,00	R\$ 280,00	R\$ 400,00
EFETIVOS	R\$ 100,00	R\$ 250,00	R\$ 350,00	R\$ 120,00	R\$ 280,00	R\$ 400,00



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Nova Friburgo

ANEXO II

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Data

____/____/____

Nome do Servidor

Matrícula

Viagens Previstas:

Período de ____/____/____ a ____/____/____

Meio de Transporte _____

Localidade(s)

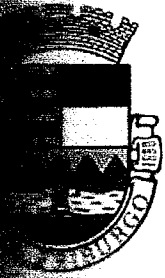
Objetivo da Viagem:

Diária:

Declaro que não resido na(s) localidade(s) de destino.

____/____/____
Data_____
Assinatura do Servidor

PUBLICAÇÃO :
JORNAL : A VOZ DA SERRA
DIA : 04 / 10 / 2016
EDIÇÃO Nº : 9148



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Nova Friburgo

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 2.214

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO decreta e eu promulgo a seguinte Resolução Legislativa:

Estabelece os subsídios dos Vereadores do Município de Nova Friburgo para a legislatura 2017/2020, e dá outras providências.

Art. 1º O subsídio mensal dos Vereadores do Município de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro, para a legislatura compreendida entre 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, será de R\$ 8.229,94 (oito mil, duzentos e vinte e nove reais e noventa e quatro centavos), vedada a percepção de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Parágrafo único. O Presidente da Câmara Municipal não terá direito a qualquer acréscimo de natureza remuneratória sobre o valor dos subsídios dos demais Vereadores.

Art. 2º Não haverá pagamento de 13º salário, a título de parcelas dos subsídios discriminados no artigo anterior.

Art. 3º Os subsídios de que trata esta Resolução serão atualizados nas mesmas datas e pelos mesmos índices concedidos aos servidores da Câmara Municipal de Nova Friburgo, a título de revisão de caráter geral anual, na forma prevista no art. 37, X da Constituição Federal.

Art. 4º Na hipótese de o Vereador ser nomeado Secretário Municipal, deverá o mesmo optar por um dos subsídios, que será custeado pelo Poder Executivo, vedada a sua acumulação.

Art. 5º Os Vereadores municipais não serão indenizados ou remunerados em razão de participação em sessões extraordinárias da Câmara Municipal, convocadas na forma da legislação municipal.

Art. 6º Os valores dos subsídios expressos nesta Resolução ficam adstritos aos parâmetros estipulados na Constituição Federal e para o efetivo pagamento dos mesmos, observando-se ainda, os limites com gastos com pessoal do Poder Legislativo Municipal.



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Nova Friburgo

Art. 7º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotações próprias consignadas nos orçamentos anuais do Poder Legislativo do Município de Nova Friburgo.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.


Nova Friburgo, 27 de setembro de 2016.


VEREADOR MARCIO JOSÉ DA SILVA DAMAZIO
PRESIDENTE

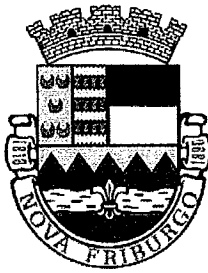

Vereador Marcelo Verly de Lemos – 1º Vice-Presidente


Vereadora Vanderléia Pereira Lima – 2ª Vice-Presidente


Vereador Christiano Pereira Huguenin – 1º Secretário


Vereador Eder Carpi dos Santos – 2º Secretário


MESA DIRETORA – P. 1533/16



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Nova Friburgo

PUBLICAÇÃO :
JORNAL : *A VOZ DA SERRA*
DATA : *8-10-04-2017*
EDIÇÃO Nº : *9278*

LEI COMPLEMENTAR Nº 112

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Altera a Lei complementar nº 95/2015 e dá outras providências.

Art. 1º Altera o artigo 3º da Lei Complementar nº 95/15, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º A Câmara Municipal de Nova Friburgo compor-se-á de Procuradoria Geral, Controle Interno, Secretaria de Expediente, e Secretaria Geral, e os seguintes departamentos a esta subordinados: Recursos Humanos, Contabilidade, Tesouraria, Diretorias, Patrimônio, Assessoria de Comunicação e Cerimonial, e Almoxarifado."

Art. 2º Altera o artigo 7º da Lei Complementar nº 95/15, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 7º São 201 (duzentos e um) os cargos do Quadro Permanente da Câmara Municipal de Nova Friburgo."

Art. 3º Suprime a alínea "a" do inciso "I" do artigo 11 da Lei Complementar nº 95/15, extinguindo o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, renumerando as alíneas restantes do inciso "I".

Parágrafo único. Em decorrência da extinção do cargo previsto no *caput*, suprime a menção ao cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Anexos I e III da Lei Complementar nº 95/2015.

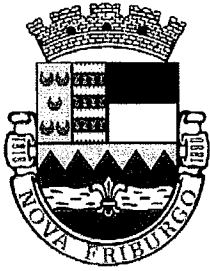
CARGO EXTINTO

CARREIRA ADMINISTRATIVA			
CARGO	NÍVEL DE ESCOLARIDADE	CLASSE/PADRÃO INICIAL	Nº DE CARGOS
Auxiliar de Serviços Gerais	Fundamental	A - 1	5 (cinco)

Art. 4º Altera o inciso "V" do § 1º do artigo 11 da Lei Complementar nº 95/15, que passa a ter a seguinte redação:

"V – ADL5 – atuação em serviços extraordinários e designação para auxílio em Reuniões e Solenidades."

[Assinaturas]



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Nova Friburgo

Art. 5º Por força da extinção do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, prevista no artigo 3º da presente Lei, ficam as servidoras Maria das Graças Langamer e Aliny de Moraes Pinheiro Freitas aproveitadas nas vagas existentes do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Manutenção, constante no artigo 11, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar nº 95/2015, que possui requisito de investidura, inclusive escolaridade, atribuição e remuneração compatível, ficando, ainda, preservados os vencimentos e demais vantagens que fazem jus.

Art. 6º Ficam os valores constantes das tabelas previstas nos Anexos IV e V reajustados na ordem de 5% (cinco por cento).

Art. 7º Fica criado 1 (um) cargo de "Auxiliar de Cerimonial" a ser incluído no Anexo II, item 4 – Classe de Assessoria Parlamentar, Padrão CM-IV, Grau "D" da tabela de servidores comissionados prevista no Anexo IV da Lei Complementar nº 95.

Parágrafo único. Ficam criadas as atribuições e os requisitos mínimos para provimento do cargo previsto no *caput* deste artigo, a serem incluídas no Anexo III da Lei Complementar nº 95, com a seguinte redação:

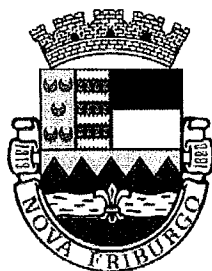
"CARGO: AUXILIAR DE CERIMONIAL

Requisitos mínimos para provimento:

- a) Ensino Fundamental completo;
- b) Noções de etiqueta, protocolo e organização;
- c) Noção básica de planejamento e coordenação de eventos; e
- d) Conhecimento de formalidades

Atribuições do Cargo:

- a) Cuidar da organização, planejamento e acompanhamento de todos os eventos cerimoniais da Câmara Municipal de Nova Friburgo, inclusive externamente;
- b) Acompanhar visita de delegações e autoridades quando envolver a Câmara Municipal;
- c) Participar diretamente da organização e acompanhamento dos eventos oficiais da Câmara Municipal, em especial os definidos para entrega de Títulos de Cidadania e Comenda Barão de Nova Friburgo;
- d) Comunicar a Presidência da Câmara, agendas e eventos a serem realizados pelo Poder Executivo Municipal ou quaisquer outras entidades, públicas ou privadas, de interesse do Poder Legislativo;
- e) Representar a Câmara Municipal em cerimônias externas, quando designado para tanto."



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Nova Friburgo

Art. 8º Fica criado 1 (um) cargo de "Assessor de Apoio à Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação e Planejamento (CFOTP)" a ser incluído no Anexo II, item 4 – Classe de Assessoria Parlamentar, Padrão CM-III, Grau "B" da tabela de servidores comissionados prevista no Anexo IV da Lei Complementar nº 95.

Parágrafo único. Ficam criadas as atribuições e os requisitos mínimos para provimento do cargo previsto no *caput* deste artigo, a serem incluídas no Anexo III da Lei Complementar nº 95, com a seguinte redação:

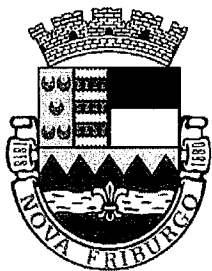
"ASSESSOR DE APOIO À COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, TRIBUTAÇÃO E PLANEJAMENTO (CFOTP)

Requisitos mínimos para o provimento:

- a) Ensino superior completo na área jurídica, contábil ou econômica;
- b) Redação própria com evidente domínio da Língua Portuguesa;
- c) Noções da estrutura administrativa da Câmara;
- d) Noções de Técnica Legislativa;
- e) Noções básicas das Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público;
- f) Conhecimento dos princípios e ciclos orçamentários; e
- g) Conhecimento básico de PPA – Plano Plurianual, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA – Lei Orçamentária Anual.

Atribuições do Cargo:

- a) Assessorar a respectiva Comissão Permanente e os seus integrantes no processamento de todas as proposições encaminhadas;
- b) Processar todas as proposições, emendas e subemendas, encaminhando-as para os membros integrantes da Comissão;
- c) Acompanhar os prazos estabelecidos para todo o processo envolvendo as matérias orçamentárias;
- d) Providenciar as anotações, registros no sistema SAPL dos andamentos de todas as proposições;
- e) Providenciar as comunicações internas e externas que a respectiva Comissão e seus integrantes necessitem; e
- f) Lavrar atas de reuniões e, quando solicitado, gravar as reuniões públicas e audiências da respectiva Comissão Permanente."



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Nova Friburgo

Art. 9º Fica extinto 1 (um) cargo de "Assessor de Apoio à Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final", renomeando o cargo remanescente para "Assessor de Apoio à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania".

Parágrafo único. Altera os requisitos mínimos para provimento do cargo previsto no *caput* deste artigo previsto no Anexo III da Lei Complementar nº 95, que passa a ter a seguinte redação:

"ASSESSOR DE APOIO COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)"

Requisitos mínimos para o provimento:

- a) Ensino superior completo na área jurídica;
- b) Redação própria com evidente domínio da Língua Portuguesa;
- c) Noções da estrutura administrativa da Câmara; e
- d) Noções de Técnica Legislativa."

Art. 10. Fica alterado o "grau" do "Diretor Tesoureiro", previsto no item 5 – Cargo de Provimento em Função Gratificada, Anexo II da Lei Complementar nº 95, de "A" para "C".

Parágrafo único. Fica alterada a nomenclatura do cargo de "Diretor Tesoureiro" para "Tesoureiro" no § 1º do artigo 15, no "Item 5" do Anexo II e no "Item 4" do Anexo III da Lei Complementar nº 95.

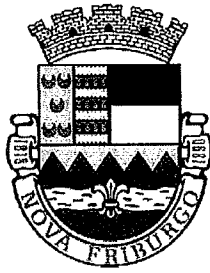
Art. 11. Altera o Item 4 – Cargos de Assessoria Parlamentar, previsto no Anexo II da Lei Complementar nº 95, modificando os "Padrões", "Graus" e "Cargos", que passa a ter a seguinte redação:

"4 – CLASSE DE ASSESSORIA PARLAMENTAR"

Chefe de Gabinete	CM-II	"C"	23 (vinte e três)	"Anexo – IV"
Chefe Legislativo	CM-III	"B"	22 (vinte e dois)	"Anexo – IV"
Chefe de Expediente	CM-IV	"C"	22 (vinte e dois)	"Anexo – IV"
Auxiliar de Gabinete	CM-IV	"A"	22 (vinte e dois)	"Anexo – IV"
Auxiliar de Expediente	CM-IV	"A"	30 (trinta)	"Anexo – IV"
Auxiliar de Plenário	CM-IV	"A"	25 (vinte e cinco)	"Anexo – IV"
Auxiliar de Cerimonial	CM-IV	"D"	1 (um)	"Anexo – IV"
Apoio à CCJC	CM-III	"B"	1 (um)	"Anexo – IV"
Apoio à CFOTP	CM-III	"B"	1 (um)	"Anexo – IV"

Art. 12 Fica incluída a alínea "I" nas atribuições do cargo de "Secretário Geral", previstas no Anexo III da Lei Complementar nº 95, com a seguinte redação:

[Handwritten signatures]



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Nova Friburgo

"l) Supervisionar os trabalhos de cerimonial."

Art. 13 Fica extinto 1 (um) cargo de "Assistente Jurídico" previsto no Anexo I – Dos Cargos de Provimento Efetivo.


Art. 14 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, alterando as disposições da Lei Complementar nº 95.

Nova Friburgo, 07 de *abril* de 2017.

RENATO PINHEIRO BRAVO
PREFEITO

 Vereador Alexandre Azevedo da Cruz – Presidente

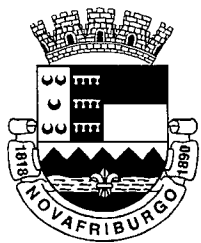
 Vereador Marcio José da Silva Damazio – 1º Vice-Presidente

 Vereador Wellington da Silva Moreira – 2º Vice-Presidente

 Vereador Pierre da Silva Moraes - 1º Secretário

 Vereador Carlos Alberto Nogueira Blaudt - 2º Secretário

AUTORIA: MESA DIRETORA – P. 43/17



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

Nota Explicativa nº 13

A Lei complementar nº 112/17, em seu artigo 5º, concedeu reajuste de 5% aos servidores públicos do Poder Legislativo de Nova Friburgo. Não se confunde com a Revisão Geral Anual que abarcaria todos os agentes públicos municipais.

Desta forma, não houve instrumento normativo responsável por alterar o valor do subsídio dos parlamentares no exercício de 2017, somente reajuste que atingiu os servidores do Poder Legislativo.